

COMPARANDO FORMAS DE SE “IMAGINAR” E “NARRAR” A NAÇÃO NAS AMÉRICAS: AS EXPERIÊNCIAS ARGENTINA, BRASILEIRA E NORTE-AMERICANA

Aluno: Talita Brito dos Santos

Orientador: Prof. Marco Antonio Villela Pamplona

Introdução

Na primeira metade do século XIX a escravidão – um dos pilares de sustentação do Império brasileiro – começa a ser questionada. A pressão inglesa para o fim do tráfico negreiro (resultando, na década de 1850, nas leis Eusébio de Queirós e Nabuco de Araújo) e pressões internas abolicionistas de alguns membros da elite política, a partir dos anos de 1870, dentre eles Joaquim Nabuco, contribuem sobremaneira para o clima de insatisfação que atinge não apenas aos grandes proprietários de terras e escravos, como também às classes médias urbanas.

No fim do século, a questão social vê-se magnificada, ainda que, já há algum tempo, o fim da escravidão fosse visto como inevitável. Diante disso, uma série de outros problemas vieram à tona. Discutia-se se a emancipação deveria ser definitiva ou continuar gradativa e alongo prazo; questionava-se qual o melhor tipo de imigrante para substituir a mão de obra escrava, se o europeu ou o asiático; discordava-se sobre o modo de proceder à sua naturalização e sobre quais direitos de cidadania lhe seriam outorgados. Seria conferida a elegibilidade aos que não proferissem a religião católica (até então a religião do Estado)? E, como se procederia a uma política para aquisição de terras? Teriam os libertos os mesmos direitos dos colonos imigrantes?

Essas e outras questões expressavam a crise em que se encontrava o Império brasileiro. Para alguns, era vital implementar reformas - não apenas âmbito econômico, mas também no social e político - que renovassem a sociedade e afastassem de vez a sombra que já parecia ameaçar a monarquia brasileira.

Objetivos

Centrados na análise da atuação de Joaquim Nabuco como intelectual e homem público à época, examinaremos as suas idéias acerca da emancipação, da política de terras e outros assuntos, que ocuparam os debates políticos das décadas de 1870 a 1890. Analisaremos as obras que produziu no período – A Escravidão, O Abolicionismo, Carta aos abolicionistas ingleses (de publicação póstuma) e Minha formação – bem como seus discursos proferidos na Câmara dos Deputados nos diferentes momentos em que atuou como parlamentar.

Metodologia

No estágio atual, a pesquisa vem se ocupando mais dos intelectuais e homens públicos brasileiros atuantes na virada do século XIX, em especial quando na passagem do Império para a República. Analisando a atuação política de um deles, Joaquim Nabuco, nossa principal fonte de estudo, tem sido, ultimamente, o rico material proporcionado pelos Anais da Câmara dos Deputados no período de 1879, quando as falas de Nabuco e os muitos discursos proferidos pelos seus pares nos permitem melhor visualizar os impasses políticos e as principais discussões que pontuavam a crise da política imperial.

Unindo a seleção criteriosa dos discursos a textos teóricos e complementares indicados pelo orientador, refletimos sobre os atos de fala de Nabuco, suas relações com as demais personalidades públicas presentes e como os seus argumentos poderiam incidir sobre esse contexto de grande efervescência política que marcou a crise imperial.

Conclusões

O levantamento dos dados e a sua análise, até o momento, nos levam a começar a questionar mais criticamente a imagem que a historiografia brasileira (principalmente com Gilberto Freyre e seus seguidores) tem construído de Joaquim Nabuco – com a exaltação excessiva de uma sua ferrenha defesa à causa abolicionista e colocando-o, inclusive, como vanguarda do movimento à época.

Além disso, cremos ser também necessário traçar uma outra diferença importante: a que existiu entre o Nabuco dos primeiros anos na política parlamentar e o Nabuco já diplomata, na ordem republicana. É preciso que explicitemos a sua compreensão, nesses distintos momentos, da chamada questão social – o futuro dos libertos, particularmente, acrescido no segundo momento da questão operária em movimento no cenário urbano – e tratemos das discussões que foram promovidas ou ocultadas nessas e outras esferas de poder por ele frequentadas.

Referências

- 1 - MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida**. RJ: FGV, 2007.
- 2 - PAMPLONA, Marco Antonio. “Ambigüidades do pensamento latino-americano: intelectuais e a idéia de nação na Argentina e no Brasil”. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: 2003, n. 32.